

Anexo XVIII - ROTEIRO DE ANÁLISE DE TERMO ADITIVO A CONTRATO DE GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO

Contrato de Gestão nº R 025/2021 – SMS.G/CPCS	Peça 07, fls. 01 e 28
Processo Administrativo nº 6018.2021/0004503-4	Peça 7, fl. 01
Unidade Contratante: Secretaria Municipal da Saúde – SMS	Peça 7, fl. 01
Entidade Contratada: Organização Social Sociedade Beneficente Caminho de Damasco - SB CD, CNPJ nº 48.211.585/0001-15	Peça 7, fl. 02
Objeto original contratado: Gerenciamento e execução das ações e serviços de saúde em Unidades de Saúde da Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde (STS) Santana/Tucuruvi/Jaçanã/Tremembé	Peça 7, fl. 02
Vigência contratual: 20.09.21 a 19.09.26 (60 meses)	Peça 7, fls. 04 e 28
Valor Original do Contrato (12 meses): R\$ 246.734.298,00	Peça 7, fl. 19

2. ANÁLISE DO ADITAMENTO

2.1. Identificação do Termo de Aditamento

Termo de Aditamento nº 015/2022 Data de assinatura: 16.01.22	Peça 8, fl. 78/89
Objeto do aditamento: Inclusão de recursos de custeio para ações de contingenciamento no combate da pandemia decorrente do	Peça 8, fl. 78

coronavírus, para o período de 16 de janeiro a 28 de fevereiro de 2022.	
Vigência do aditamento: 16.01.22 a 28.02.22	Peça 8, fl.79
Valor do aditamento: R\$ 8.447.697,54	Peça 8, fls.79 e 81

3. DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS QUE PRECEDEM A FORMALIZAÇÃO DO T.A.:

3.1. Justificativa por parte da Origem para o aditamento (art. 37 da CF/88 e art. 81 da LOM/SP).

() Sem irregularidade(s) (X) Com irregularidade(s) Peça 89, fls. 51/52

Em face do aumento de casos de COVID-19, houve contratação de recursos humanos, aquisição de materiais e contratação de testes de RT-PCR para diagnóstico. No entanto, não há no processo os quantitativos de material, de pessoal e de insumos necessários, tampouco dados que embasassem tais números.

3.2. Detalhamento e embasamento dos valores que compõem o montante estimado do aditamento.

() Sem irregularidade(s) (X) Com irregularidade(s) () N.A. Peça 89, fls. 02/50

3.3. Análise prévia do termo aditivo pela Assessoria Jurídica da SMS (art. 24, parágrafo 2º, do DM 52.858/11).

(X) Sem irregularidade(s) () Com irregularidade(s) Peça 90

3.4. Comprovação da regularidade jurídico-fiscal, nos termos do Decreto nº 44.279/03 (certidões de FGTS, INSS e de regularidade perante a Fazenda Pública Municipal), e de satisfatória situação econômico-financeira (art. 27, inciso II e §§1º e 2º do DM 52.858/11).

() Sem irregularidade(s) (X) Com irregularidade(s) Peça 91

Não houve comprovação da situação econômica – financeira da contratada, nem comprovação da regularidade do FGTS. Ademais, a certidão de regularidade tributária estadual estava com data de validade expirada, quando da assinatura do termo aditivo.

3.5. Em caso de alterações no plano de trabalho (art. 28, incisos I a IV, do DM

52.858/11):

a) Especificação das alterações.

() Sem irregularidade(s) (X) Com irregularidade(s) () N.A.

Vide item 3.1

b) Detalhamento do valor orçado.

() Sem irregularidade(s) (X) Com irregularidade(s) () N.A.

Vide item 3.2

c) Definição de metas operacionais, indicativas de melhoria da eficiência e qualidade do serviço, no tocante aos aspectos econômico, operacional e administrativo, bem como os respectivos prazos e cronograma de execução.

() Sem irregularidade(s) () Com irregularidade(s) (X) N.A.

d) Definição de indicadores para avaliação de desempenho e de qualidade na prestação dos serviços.

() Sem irregularidade(s) () Com irregularidade(s) (X) N.A.

4. DA APROVAÇÃO DO INSTRUMENTO

4.1. Comissão de Avaliação (§ 1º do art. 6º e art. 7-A da LM 14.132/06, atualizada pela LM 14.664/08, e inciso I do art. 19 e art. 20 do DM 52.858/11).

a) Análise prévia da minuta do termo aditivo (anterior à assinatura).

() Sem irregularidade(s) (X) Com irregularidade(s)

Não consta no PA a aprovação da minuta do termo aditivo pela Comissão de Avaliação.

b) Atendimento ao quórum mínimo (cinco membros para análise e aprovação da minuta do contrato).

() Sem irregularidade(s) (X) Com irregularidade(s)

Não consta no PA a aprovação da minuta do termo aditivo pela Comissão de Avaliação.

4.2. Aprovação do aditamento, mediante parecer circunstanciado, pelo Conselho de Administração da entidade qualificada como organização social (parágrafo

1º, do art. 6º da LM 14.132/06 e ao art. 19, inciso III, do DM 52.858/11).

() Sem irregularidade(s) (X) Com irregularidade(s)

Não consta no PA a aprovação da minuta do termo aditivo pelo Conselho de Administração da entidade qualificada como organização social.

5. DO DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO PARA ADITAMENTO

5.1. Exarado pelo Secretário Municipal da Saúde.

() Sem irregularidade(s) (X) Com irregularidades

Peça 92

Despacho de autorização assinado pela Coordenadora da CRS Norte, com base nas Portarias n.º 962/2018, 877/2018, 819/2018, 702/2018, 128/2019, 164/2019, 198/2019, 683/2019, 1.046/2019, 1.377/2019 e 585/2021-SMS.G, que delegaram, excepcionalmente, às Coordenadorias Regionais de Saúde, a aprovação dos Planos de Trabalho e aditamentos dos contratos de gestão.

O despacho de autorização foi lavrado (23.02.22) posteriormente à assinatura do termo aditivo (16.01.22), em infringência ao art. 49 do DM nº 44.279/03.

5.2. Publicação no Diário Oficial da Cidade

(X) Sem irregularidade(s) () Com irregularidades

Publicado no DOC do dia 24.02.22, p. 77.

6. DO EMPENHO

Notas de Empenho:

Nota de empenho	Data de emissão	Valor – R\$	Fls.
23.239	24.02.22	8.447.697,54	Peça 93
TOTAL		8.447.697,54	-

Dotação Onerada:

Custeio:

84.10.10.301.3003.2520.3.3.50.85.00 - Manutenção e Operação em Atenção Básica, Especialidades e de Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapia – Contrato de Gestão.

6.1. Suficiência do valor empenhado previamente para atender à despesa prevista para o exercício (art. 61 da LF 4.320/64; DM 23.639/87)

() Sem irregularidade(s) (☒) Com irregularidade(s) () N.A. Peça 08, fl. 80 e Peça 93

As notas de empenho foram emitidas no dia 24.02.22, portanto, posteriormente à data de assinatura do termo aditivo, 16.01.22.

6.2. Adequação da dotação onerada (Portaria nº 163/2001 - STN)

(☒) Sem irregularidade(s) () Com irregularidade(s) () N.A. Peças 92 e 93

7. DO TERMO ADITIVO

7.1. Publicação do inteiro teor do Termo Aditivo no Diário Oficial da Cidade. (art. 16, inciso I do DM 52.858/11)

() Sem irregularidade(s) (☒) Com irregularidade(s)

Não foi publicado no DOC.

7.2. Divulgação no Cadastro Municipal Único de Entidades Parceiras do Terceiro Setor – CENTS (<http://www3.prefeitura.sp.gov.br/CENTS.WEB>) do inteiro teor do aditamento (art. 16, inciso II, letra “a” do DM 52.858/11).

(☒) Sem irregularidade(s) () Com irregularidade(s)

7.3. No caso de inclusão de novas unidades de saúde, cláusula que discrimine, expressamente, os bens públicos cujo uso será permitido, observadas as regras estabelecidas nos artigos 14 e 15 da Lei nº 14.132, de 2006 (art. 46 do DM 52.858/11).

() Sem irregularidade(s) () Com irregularidade(s) (☒) N. A.

7.4. No caso de inclusão de novas unidades de saúde, inventário prévio dos bens objeto da permissão, estando os mesmos relacionados em anexo integrante

do aditamento (art. 46, parágrafo 3º, do DM 52.858/11).

() Sem irregularidade(s) () Com irregularidade(s) (X) N. A. -